

EFEITOS DE SENTIDO NO PROCESSO DE (RE)NOMEAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO MARANHÃO: UMA ABORDAGEM SOB O VIÉS DOS ESTUDOS TOPONÍMICOS

André da Silva Santos (IFMA)

andre.santos@ifma.edu.br

Deijeane Gomes Morais (SEMED-MA)

deijeane.morais@gmail.com

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

karylleila@uft.edu.br

RESUMO

O artigo objetiva discutir aspectos onomástico-toponímicos no processo de (re)nomeação de escolas da rede pública de ensino, localizadas no estado do Maranhão, a partir do decreto governamental nº 30.618, de 2 de janeiro de 2015. Ao servir-se de sua capacidade linguística para nomear os lugares, o homem estabelece diversas relações e motivações: a primeira delas é consigo mesmo, ao demonstrar conhecer a realidade circundante e utilizar sua cosmovisão para denominar um local; em seguida, com seus interlocutores, já que os indivíduos de um grupo, por meio dos topônimos, podem ser capazes de interagir, com maior exatidão, o real significado que atribuem ao lugar. Desse modo, conhecer a motivação dos nomes das escolas de uma comunidade pode revelar aspectos sobre sua história e cultura, inclusive sobre as tensões que permeiam as relações entre os membros de uma comunidade, envolvidos nesses processos, como enunciadores responsáveis pelas nomeações. Além das discussões teóricas e metodológicas sobre a Onomástica, ancoradas em Dick (1990, 2007), Bastiani (2016) e Andrade (2017), este estudo tem como base a Teoria do Discurso de Bakhtin (2015), envolvendo o conceito de responsividade, levando em conta os sujeitos na produção da enunciação. O *corpus* da pesquisa é formado pelo documento do referido decreto e por uma lista de escolas que tiveram seus nomes alterados. Este trabalho pode ajudar a suscitar reflexões concernentes a aspectos históricos, ideológicos e culturais também de outros lugares, visto que toda manifestação linguística, na perspectiva de Bakhtin (2015), é um ato responsivo na cadeia da comunicação que dialoga com outros enunciados, em uma interação verbal que veicula ideologias, valores, costumes de sujeitos, grupos, comunidade e classes sociais.

Palavras-chave:

Toponímia. Efeitos de sentido. Nomes de escolas.

ABSTRACT

The article aims to discuss onomastic-toponymic aspects in the process of (re)naming public schools, located in the State of Maranhão (Brazil), from the government decree no. 30.618, on 2nd January 2015. By using their linguistic ability to name places, people establish several relationships and motivations. First is done by themselves, demonstrating to know the surrounding reality, and using their worldview to name a place. Secondly, it is done with their interlocutors, because the individuals

of a group, through the toponyms, may be able to interact, with greater accuracy, the real meaning they attribute to the place. Therefore, the motivation for naming the schools of a community can reveal aspects about their history and culture, including the tensions that permeate the relationships between the members of a community involved in these processes, as enunciators responsible for it. In addition to the theoretical and methodological discussions on Onomastics by Dick (1990, 2007), Bastiani (2016) and Andrade (2017), this study is based on Bakhtin's Discourse Theory (2015), involving the concept of responsiveness, taking into account the subjects in the production of enunciation. The corpus of this research is formed using the decree and a list of schools which had their names changed. This research can help to raise reflections concerning historical, ideological and cultural aspects also from other places, since every linguistic manifestation, from bakhtin's perspective (2015), is a responsive act in the chain of communication that dialogues with other utterances, in a verbal interaction that conveys ideologies, values, customs of subjects, groups, community and social classes.

Keywords:

Onomastic. Effects of meaning. School names.

1. Apresentação

As palavras que constituem o sistema lexical de uma língua são como um espelho: refletem os aspectos do mundo concreto em uma realidade. Segundo Andrade (2010), o ser humano, ao utilizar-se do léxico, sempre atribui nome a tudo que o cerca: às coisas, aos animais, às pessoas, ao espaço físico e cultural. Nomear é, para o homem, uma necessidade de organização e de orientação. Ao estudarmos o léxico de uma língua, podemos também apreender a realidade do grupo que a utiliza, com suas questões culturais, históricas, de modo de vida e de visão de mundo.

Nesse sentido, quanto aos processos de nomeação, podemos relacionar os topônimos a enunciados, visto que veiculam sentidos, materializam ideologias, sendo criações linguísticas de sujeitos constituídos por meio da interação verbal, o que atribui aos nomes um caráter responsivo e dialógico, pois são definições que certamente derivam do contato com outros nomes e enunciados.

Dessa forma, o presente artigo, assentado em trabalhos recentes sobre onomástica e toponímia, e baseado na teoria bakhtiniana sobre responsividade, procura analisar o processo de (re)nomeação de escolas públicas da rede de ensino do estado do Maranhão (Brasil), buscando perceber efeitos de sentido decorrentes do processo de (re)nomeação dessas instituições de ensino.

O *corpus* do trabalho é constituído do texto do Decreto nº 30.618, de 2 de janeiro de 2017, do governo do Maranhão, referente a

(re)nomeação de escolas, e da relação de escolas que tiveram o nome alterado. A análise dos dados tem caráter documental e abordagem qualitativa. Com isso, esperamos contribuir para um olhar que apreenda esse processo de alteração de nomes de escolas como materializações que veiculam sentidos, ideologias e intersubjetividades discursivas.

2. *Onomástica e toponímia*

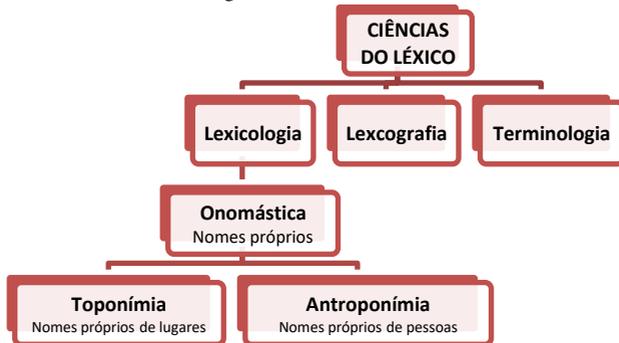
Para fazer uma abordagem sobre aspectos onomástico-toponímicos, conforme propusemos, é preciso, primeiramente, situar que tal proposta deriva de reflexões oriundas do estudo científico do léxico. As ciências do léxico são três. A *Lexicografia* se ocupa da descrição do léxico de uma ou mais línguas, a fim de produzir obras de referência, principalmente de dicionários, em formato papel ou eletrônico, e bases de dados lexicológicas. A *Terminologia* estuda o léxico enquanto termo em uma dada linguagem especializada e consiste em dar conta do funcionamento das unidades lexicais especializadas em situações comunicativas profissionais, acadêmicas ou científicas. A *Lexicologia*, nosso foco neste estudo, é uma disciplina que estuda o léxico e a sua organização de pontos de vista diversos. A lexicologia é definida como:

[...] o estudo científico do léxico, isto é, propõe-se a estudar o universo de todas as palavras de uma língua, vistas em sua estruturação, funcionamento e mudança, cabendo-lhe, entre outras tarefas: definir conjuntos e subconjuntos lexicais; examinar as relações do léxico de uma língua como universo natural, social e cultural; conceituar e delimitar a unidade lexical de base – a lexia – bem como elaborar os modelos teóricos subjacentes às suas diferentes denominações; abordar a palavra como um instrumento de construção e detecção de uma “visão de mundo”, de uma ideologia, de um sistema de valores, como geradora e reflexo de sistemas culturais; analisar e descrever as relações entre a expressão e o conteúdo das palavras e os fenômenos daí decorrentes. (BARBOSA, 1991 *apud* ANDRADE, 2001, p. 191)

Integrando-se à Lexicologia, a Onomástica tem como objeto de estudo o processo denominativo, isto é, o estudo dos nomes próprios de todos os gêneros, levando em conta suas origens e os processos de denominação no âmbito de uma ou mais línguas. Ela é composta por duas áreas de estudo. A primeira é a Toponímia que, segundo Dick (1990, p. 459), é considerada, do ponto de vista conceitual, como o estudo dos nomes de lugar, entendimento decorrente dos próprios étimos formadores da expressão, *topos* (lugar) e *onoma* (nome, designação). A segunda área

é a Antroponímia (do grego *άνθρωπος*, homem, e *ὄνομα* nome), que estuda os nomes próprios de pessoa.

Figura 1: Ciências do léxico.



Fonte: autoria própria.

De acordo com Dick (2007), as primeiras notícias toponímicas remontam à própria história da humanidade, ao deslocamento do homem do seu foco de origem para outros sítios, quando se via impelido a nomear os lugares do próprio *habitat*.

Depois de abordar um pouco sobre a constituição da terminologia geográfica mais antiga, de origem judaica, cristã, citando alguns nomes de lugares do livro sagrado dos cristãos, Andrade (2001), com base em Dick (2007), fala sobre os nomes das “acrópolis helênicas”, cidades antigas que têm expressões geográficas construídas e utilizadas como vocabulário inicial que podem significar muito mais além da compreensão denotativa:

[...] As expressões geográficas construídas e utilizadas como vocabulário inicial (“cidade alta”, o “grande”, o “pequeno”, o “deserto”, o “oco do mundo”) corporificam, na prática, conceitos axiológicos e valorativos, muito além da compreensão denotativa; em alguns casos, chegam a mostrar uma situação de dominância e opressão de alguns sobre outros ou de reverência e obediência. Por outro lado, podem representar sentimentos opostos, de esperança, fé, desafio e conquista (DICK, 2007, p. 461)

Nessa reflexão, Dick aborda a respeito da conexão já existente entre o nome e o sentido nele embutido, isto é, que os enunciadores não escolhem nomes por acaso, sendo uma reflexão advinda de um olhar dela

para os nomes já de antigamente. Esse fenômeno nos faz dizer que a denominação não é casual até os dias de hoje, ou seja, é intencional ainda no processo onomasiológico atual.

A motivação toponímica possui um duplo aspecto, que transparece em dois momentos: em primeiro lugar, na intencionalidade do denominador, que seleciona o nome motivado por várias circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva; e, em segundo lugar, na origem semântica da nomeação, no significado inerente a ela, que se revela de modo transparente ou opaco, apontando para as mais variadas procedências (DICK, 1990).

Os topônimos têm natureza física e antropocultural, e tal classificação tem categorias taxionômicas. Os nomes presentes no *corpus* desta pesquisa são de escolas, que se enquadram nos topônimos da categoria dos antropotopônimos, “relativos aos nomes próprios individuais”, como veremos na análise do corpus (DICK, 1990, p. 32).

Em uma reflexão sobre o lugar no estudo toponímico, Andrade (2017) ressalta que o estudo dos nomes de lugares volta-se à junção de múltiplos aspectos socio-históricos, culturais, geográficos e linguísticos, e frisa que o emissor tem um papel fundamental na nomeação do *lugar*. “É ele quem estabelece os parâmetros de seleção das motivações, sejam elas de força da natureza ou humana.” (p. 592).

Partindo do pressuposto de que o enunciador estabelece os parâmetros de seleção das motivações, deduz-se que, a partir do momento em que o sujeito se guia por determinadas motivações ao dar nomes, os parâmetros escolhidos para esse processo são avindos das experiências, da índole, da ideologia, da intencionalidade e dos interesses do enunciador.

A escola é um lugar particularizado pelo nome que lhe foi dado. Isso faz com que haja, entre o nome do lugar e o conceito¹ que o lugar representa para a comunidade, um elo essencial para a cristalização da identidade de um dado grupo. Desse modo, conhecer a motivação dos nomes das escolas de uma comunidade pode revelar aspectos sobre sua

¹Para Barbosa (2004, p. 59), *conceito* é o resultado de uma *interpretação* de fatos naturais e/ou culturais, enquanto a *definição* é o resultado de uma interpretação de unidades lexicais. *Conceituar* é o processo de construção de um modelo mental que corresponde a um recorte cultural e, em seguida, de escolha/engendramento da estrutura léxica que pode manifestá-lo de maneira mais eficaz. Tal processo tem como ponto de partida o universo natural. *Definir* é o processo de analisar e descrever o *sememalinguístico*, para reconstruir o modelo mental: o seu ponto de partida é a estrutura linguística manifestada.

história e cultura, conforme Bastiane (2016), inclusive as tensões que permeiam a relação entre os sujeitos envolvidos nesses processos, como enunciadores responsáveis pelas nomeações. Além disso, a motivação da escolha dos nomes pode revelar os enunciatários, que as recebem a partir de determinadas compreensões, fomentando a produção de diversos sentidos.

3. A ativa posição responsiva do leitor

Ao propor uma representação sobre o circuito da fala, Saussure (2006) atribui ao falante um caráter ativo, enquanto o ouvinte é designado por uma função passiva, em uma dinâmica em que se prevê a possibilidade de revezamento de papéis. Tecendo ponderações acerca desse postulado, Bakhtin (2015, p. 271), embora admita, em um plano secundário, a existência desses modos de se portar na comunicação discursiva, restringe-os a “determinados momentos da realidade”, sem preponderância nos processos reais de comunicação.

Nessa perspectiva, para caracterizar a atuação do receptor, seja do texto oral ou escrito, o autor utiliza a expressão “ativa posição responsiva”, cuja acepção podemos conceber a partir do entrelaçamento de dois aspectos, focados no leitor, sendo o primeiro a apreensão, o entendimento do significado linguístico, a assimilação das informações presentes no texto do locutor (BAKHTIN, 2015, p. 271). O segundo é o efeito decorrente dessa assimilação, o modo como o ouvinte responde ao que leu ou ouviu, ou seja, ele pode concordar, discordar, complementar, efetuar uma ação, alegrar-se, entristecer-se, etc. Esse aspecto, que é intrínseco ao primeiro, configura a posição responsiva, a ser manifestada por meio de algum comportamento, como a própria enunciação do leitor, que assume o papel de falante, estabelecendo a interação comunicativa.

Podemos citar como exemplo a nomeação de prédios públicos. A denominação de determinado lugar com o nome de uma pessoa pode gerar diferentes respostas dos leitores, provocando efeitos como concordância, discordância, entre outros. É importante ressaltar que essa posição responsiva nem sempre gera imediatamente, no receptor, um ato enunciativo ou comportamental. Pode haver um espaço temporal abstrato, marcado pelo silêncio, que abrange o estado passivo do leitor. Não que a compreensão seja algo passivo, visto que engendra juízo de valor, respostas, avaliação, posicionamento. O viés passivo permanece enquanto o leitor, ao assimilar o dito, não age em termo de verbalização ou de

outra atitude. Para Bakhtin (2015, p. 272), no entanto, “(...) cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte”, sendo essa ressalva conceitual denominada por ele como “compreensão responsiva de efeito retardado”.

A ativa posição responsiva do leitor, difundida com a denominação de responsividade por parte considerável dos teóricos e dos pesquisadores que abordam o estudo sobre o discurso na perspectiva bakhtiniana, evidencia que o ouvinte influencia o falante, uma vez que esse, na criação de enunciados, geralmente leva em conta a reação e a provocação do interlocutor. Dessa forma, o locutor procura prever a recepção de seu ato enunciativo de que atitudes discursivas ou outras podem ser desencadeadas pelo ouvinte. Nesse viés, afirma Faraco (2013, p. 142) que “(...) a realidade da linguagem é a dinâmica da responsividade, das relações dialógicas em sentido amplo.”

3.1. Enunciado, ideologia e efeitos de sentido

Concebemos como princípio básico subjacente a os preceitos teóricos de Bakhtin (2015) as interações sociais, que se estabelecem e emergem por meio da linguagem, já que ele define sentido como “*respostas a perguntas*” (2015, p. 381). Para ele, “aquilo que não responde a nenhuma pergunta não tem sentido para nós.” (2015, p. 381). Na condição de leitor, ao depreendermos dos textos que chegam a nós o significado, somos questionados, a partir de nossas ideologias, a assimilar o que lemos de alguma forma, a criar uma visão e chegarmos a uma ideia, a algo a ser dito acerca do texto com que tivemos contato.

O sujeito não é acabado, pois vive em um constante “vir a ser” e sua presença na cadeia de comunicação é algo constante, por meio de seus enunciados na interação com enunciados de outrem. É nesse viés que Santos (2013, p. 246), discorrendo sobre os postulados bakhtinianos, entende que “(...) o sujeito se constitui na interação com o outro, mediante os discursos que os atraem (...)”.

Por esse prisma, enfatizamos também o pensamento de Bakhtin de que o signo reflete e refrata, e de que devemos levar em conta o sujeito situado, o contexto em que está inserido, as circunstâncias em que está envolto. As próprias ideologias já estabelecem contextos diferentes na sociedade. Nessa vertente, Faraco (2013) afirma que

[...] a enunciação de um signo tem efeitos de sentido que decorrem da possibilidade de sua ancoragem em diferentes quadros semântico-axiológicos, em diferentes horizontes sociais de valores. (FARACO, 2013, p. 54)

Sendo assim, percebemos a ideologia como elemento subjacente à criação de enunciados, sendo eles inerentes ao sentido, o que envolve a ativa posição responsiva do interlocutor nos atos de comunicação. Já os efeitos de sentido, também entrelaçados a esses elementos, serão orientados pelas perspectivas socioculturais, ideológicas e circunstanciais desses receptores.

4. Contextualização e análise do corpus

No dia 2 de janeiro de 2015, foi publicado, no Diário Oficial do Poder Executivo do Estado do Maranhão (Brasil), o Decreto nº 30.618, que “dispõe sobre a denominação de logradouros e prédios públicos sob o domínio ou gestão estadual (...)”. Com esse decreto, passou a ser vedada a denominação de órgãos públicos com o nome de pessoas vivas e também com o nome de responsáveis por crimes durante a ditadura militar no Brasil.

No decorrer do ano de 2015, o Estado procedeu a mudança de nome de órgãos públicos. Neste trabalho, abordamos especificamente a (re)nomeação de escolas. Sobre o processo de escolha de novos nomes, foi publicada, no Diário Oficial do Poder Executivo Estadual, no dia 16 de março de 2015, a Portaria nº 569, assinada pela Secretária de Educação do Estado, estabelecendo que o processo ocorresse por meio de consulta envolvendo a gestão da escola, os docentes e os discentes. Entretanto, essa portaria tratava apenas da mudança dos nomes das escolas, ora denominadas com o nome de pessoas responsáveis por crimes ocorridos durante o regime militar no Brasil.

Quanto à mudança de topônimos referentes aos nomes de pessoas vivas, o próprio decreto, no art. 3º, possibilita aos gestores estaduais essa decisão. Por meio de pesquisa na *internet*, identificamos notícias acerca da condução participativa de algumas dessas mudanças. É o caso, por exemplo, da alteração de nome da escola Edison Lobão para Edinan Moraes, na cidade de Imperatriz. Conforme notícia intitulada “*Escola Edison Lobão tem nome modificado pela comunidade*”, veiculada pelo blog da unidade Regional de Educação do Maranhão, no dia 26 de outubro de 2015, a escolha do novo nome se deu democraticamente, em vota-

ção da qual participaram profissionais da educação, estudantes, funcionários e comunidade. Ainda no *blog*, identificamos o processo de alteração de outros nomes de escolas (Fig. 1).

Figura 2: Notícia veiculada em um blog.



Fonte: <http://ureimperatriz.blogspot.com/2015/10/escola-edison-lobao-tem-nome-modificado.html?m=0>. Acesso em: 21 out. 2020.

Em 2017, em função deste trabalho, obtivemos da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, após solicitação, um documento com a lista de escolas que tiveram o nome alterado, com a cidade e a unidade regional de educação onde ficam localizadas as escolas, o nome anterior do centro de ensino, bem como as escolas com alteração do nome, em decorrência de serem pessoas vivas e/ou de pessoas que foram responsáveis por crimes durante a ditadura militar.

Esclarecemos que existe uma Lei Federal nº 6.454², de 24 de outubro de 1977, que dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e outras providências. O art. 1º dessa Lei sofreu alteração com a redação dada pela Lei nº 12.781, de 2013, que diz o seguinte: “É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade, a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da administração indireta.”

Para este estudo, em especial, organizamos o *corpus* em dois quadros: no primeiro, consta o Decreto nº 30.618, a partir do qual houve a (re)nomeação de escolas; no segundo, a relação de escolas renomeadas.

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16454.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

Esclarecemos que os dados apresentados foram obtidos junto à Secretaria de Educação do Estado, mas a forma como esses dados foram organizados foi uma adaptação nossa.

A Figura 3, abaixo, apresenta o Decreto nº 30.618.

Figura 3: Decreto nº 30.618.

DECRETO Nº 30.618, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a denominação de logradouros e prédios públicos sob o domínio ou gestão estadual, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º. A partir desta data, fica vedado aos Secretários de Estado, aos Dirigentes de entidades integrantes da Administração Indireta e a quaisquer agentes que exerçam cargos de direção, chefia e assessoramento no âmbito do Poder Executivo, atribuir ou propor à atribuição de nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente ou sob gestão do Estado do Maranhão ou das pessoas jurídicas da Administração Estadual Indireta.

Parágrafo único. A vedação de que trata o "caput" estende-se aos nomes das pessoas, ainda que falecidas, que tenham constado do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade de que trata a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, como responsáveis por crimes cometidos durante a ditadura militar.

Art. 2º. As iniciativas visando à denominação de bens públicos, quando tenham como finalidade homenagear pessoas de reconhecida idoneidade, serão instruídas com:

I - justificativa que consigne os relevantes serviços que, em vida, o homenageado tenha prestado ao Estado ou à comunidade com a qual conviveu;

II - Certidão de Óbito;

III - Curriculum-vitae;

IV - declaração, negativa ou positiva de denominação anterior, exarada pelo órgão ou entidade responsável pelo bem a que se referir a iniciativa.

Art. 3º. Por iniciativa de quaisquer dos agentes mencionados no art. 1º, poderá haver a alteração de denominação atualmente atribuída, obedecendo-se aos critérios fixados no art. 2º. Art.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 02 de janeiro de 2015, 194º da Independência e 127º da República.

FLÁVIO DINO

Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA

Secretário-Chefe da Casa Civil

Fonte: <http://www.diariooficial.ma.gov.br/public/index.jsf> (2015) (adaptado).

O Quadro 2, a seguir, apresenta a relação das escolas que foram renomeadas.

Quadro 2: Escolas renomeadas.

MUNICÍPIO/ ESCOLA	NOME ANTERIOR DA ESCOLA	NOME ATUAL	MOTIVAÇÃO PARA A(RE)NOMEAÇÃO
Açailândia	Maria Isabel Rodrigues Cafe- teira	Professora Norma Suely Mendes	Pessoa viva
Afonso Cunha	Dr. Carlos Magno Bacelar	Professor Paulo Freire	Pessoa viva
Água Doce do Maranhão	Dr. José Sarney	José Vieira da Silva	Pessoa viva
Anapurus	Dr. José Maria Cabral Marques	Dep. Júlio Pires Monteles	Pessoa viva
Bacabal	Leda Maria Cha- ves Tajra	Professor Juarez Gomes	Pessoa viva

	Dep. João Alberto de Sousa	Professora Maria Cleuza Sousa Oliveira	Pessoa viva
	Roseana Sarney	Isabel Castro Viana	Pessoa viva
	Presidente José Sarney	Maria Casimiro Soares	Pessoa viva
Bom Jardim	Gov. José Sarney	Professora Maria Luíza Rodrigues Sousa	Pessoa viva
Bom Jesus das Selvas	Ferreira Gullar	Luiz Sabry Azar	Na época, pessoa viva
Buriti Bravo	Professora Leda Tajra	Zuleica Santos	Pessoa viva
	Gov. José Sarney	Professora Raimunda Barbosa Gonçalves de Jesus	Pessoa viva
Caxias	Marechal Castelo Branco	Professora Suely Reis	Ditador
	Presidente Costa e Silva	Professora Rita de Cássia Azevedo	Ditador
Coelho Neto	Dr. Carlos Magno Duque Bacelar	Albert Einstein	Pessoa viva
	José Sarney	Professor Antônio Nonato Sampaio	Pessoa viva
Coroatá	Leda Tajra	Hermano José Leopoldino Filho	Pessoa viva
Fortaleza dos Nogueiras	Humberto de Alencar Castelo Branco	Vera Lúcia dos Santos Carvalho	Ditador
Gonçalves Dias	Presidente Castelo Branco	Sulamita Lúcio do Nascimento	Ditador

Governador Newton Bello	Marechal Castelo Branco	Antônio Macedo de Almeida	Ditador
Imperatriz	Edison Lobão	Edinan Moraes	Pessoa viva
	Castelo Branco	Vinícius de Moraes	Ditador
Itinga do Maranhão	Terezinha de Jesus Coelho Rocha	José Neves de Oliveira	Pessoa viva
Lago da Pedra	Marly Sarney	Frei Godofredo Bauerdick	Pessoa viva
Lago Verde	Lêda Tajra	Artur Linhares	Pessoa viva
Loreto	Presidente Médice	Paulo Freire	Ditador
Magalhães de Almeida	Prefeito Neto Carvalho	Professor Dionílio Gonçalves Costa	Pessoa viva
Mirador	Gov. Edison Lobão	Professora Isa Raposo Borba Guimarães	Pessoa viva
Olho D'água das Cunhãs	Marco Maciel	José de Matos Oliveira	Pessoa viva
Pastos Bons	Gov. João Castelo	Professor Ribamar Torres	Na época, pessoa viva
Pindaré Mirim	Joana Fernandes de Moares	Professora Raimunda Matos	Pessoa viva
	José Sarney Costa	Professor João Cardoso Campos	Pessoa viva
Santa Luzia	Gov. João Alberto	Cícero Ferreira Silva	Pessoa viva
Santa Inês	José Sarney	Poeta Antônio José	Pessoa viva
São João dos Patos	Edison Lobão	Josélia Almeida Ramos	Pessoa viva

	Gov. Edison Lobão	João Francisco Lisboa	Pessoa viva
	Roseana Sarney Murad	Professora Estefânia Rosa da Silva	Pessoa viva
São Luís	Dr. João Leitão	Professor Aquilino Batista Vieira	Pessoa viva
	Roseana Sarney	João Evangelista Serra dos Santos	Pessoa viva
	Marechal Castelo Branco	Jackson Lago	Ditador
Timbiras	Emílio Garrastazu Médice	Paulo Freire	Ditador
Timon	Marechal Arthur da Costa e Silva	Maria da Conceição Teófilo Silva	Ditador
Tutóia	Zilmar Melo Araújo	Liceu Tutoiense	Pessoa viva

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Maranhão – SEDUC (2017).

Para uma análise mais criteriosa do decreto e dos antropotopônimos, consideramos as circunstâncias em que foram produzidos. O contexto de criação desses enunciados corresponde a uma transição na representação do poder executivo estadual. Eleito em 5 de outubro de 2014, Flávio Dino³ foi empossado governador do Maranhão no dia 1º de janeiro de 2015, interrompendo, naquele momento, uma história política, exercida, desde 1966, por José Sarney, quando assumiu o cargo de Governador e passou a influenciar o poder político em um período histórico “denominado nas esferas política, midiática, acadêmica, como Sarneísmo (COSTA, 2006)”.

Um dos aspectos característicos do Sarneísmo é a denominação de órgãos públicos, geralmente pertencentes ou sob a gestão da esfera estadual ou dos municípios, com o nome de autoridades políticas vivas, em muitos casos, com o próprio nome de José Sarney ou de seus familiares,

³ Flávio Dino, ex-juiz federal e ex-deputado federal, elegeu-se pelo Partido Comunista do Brasil – Pcdob.

assim como o de seus aliados políticos, como autoridades dos governos militares (COSTA, 2006). Conforme notícia publicada no jornal Gazeta do Povo, em 7 de maio de 2012, havia, no Maranhão, 161 escolas com o sobrenome Sarney. (Fig. 4).

Figura 4: Jornal Gazeta do Povo



Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/maranhao-tem-161-escolas-com-nome-dos-sarney-2vy7yjb2lwrdrkc518aj1ak16/>. Acesso em: 21 out. 2020.

É nessa perspectiva que vislumbramos um elo entre elementos onomástico-toponímicos e a teoria da responsividade. Em relação à onomástica, verificamos um processo em que, primeiramente, existem objetos, conceitos, ou seja, as escolas, para as quais serão definidos novos nomes. Nesse caso, parte-se do conceito para a nomeação/denominação. Essas denominações anteriores ao decreto, bem como os novos topônimos, não dizem respeito a uma simples nomeação e (re)nomeação de escolas. Trata-se, na verdade, de nuances de aspectos políticos, culturais e ideológicos de conjunturas da história do Maranhão, que revelam a forma de pensar, de agir, de gerir o Estado, bem como mostram as tensões das disputas pelo poder, as confluências e os embates discursivos.

É nesse ponto que visualizamos como pertinente a teoria da responsividade para a análise desses antropotopônimos, pois a (re)nomeação dos estabelecimentos de ensino ocorreu em uma perspectiva dialógica, isto é, sendo uma resposta às denominações anteriores ao decreto, bem como a enunciados já existentes ou presumidos acerca dessas denominações, que entendemos coerente categorizá-las como enunciados toponímicos, por considerarmos cada nome de escola um enunciado, visto que materializa um sentido.

Entre os efeitos de sentido que podemos depreender da posição responsiva dos novos mandatários do Estado, em relação aos enunciados toponímicos que antes nomeavam as escolas, podemos mencionar:

a) Incoerência: na Portaria nº 569, publicada no Diário Oficial do Poder Executivo Estadual, em 16 de março de 2015, e específica para a (re)nomeação de escolas, ora denominadas com o nome de pessoas apontadas como responsáveis por crimes durante os governos militares, é mencionado que:

[...] os nomes das Instituições Escolares não são apenas uma alcunha, um título ou uma designação, visto que estão impregnados de significados, retratando muitas vezes uma imagem antagônica ao espaço democrático, autônomo e participativo que a escola deve representar junto à comunidade [...]. (MARANHÃO, 2015, p. 24)

Na mesma Portaria, no Art. 4º, acerca da escolha dos nomes substitutivos, afirma-se, que “os nomes sugeridos deverão representar personalidades que tenham contribuído com a construção da identidade educacional Municipal, Estadual ou Federal”. Nesse sentido, a concepção de escola está relacionada a um espaço democrático, plural e participativo. Logo, um nome para denominá-la, além de ter contribuído com a esfera da educação institucional, deve ser identificado por esses preceitos, o que não é o caso dos ditadores, cujas práticas contrariam esses valores. Nesse viés, os enunciados toponímicos com o nome de ditadores geram um efeito de incoerência.

Sobre pessoas vivas, quando o documento menciona que “os nomes das Instituições Escolares não são apenas uma alcunha” e destaca a atuação deles na educação que pode favorecer a homenagem, podemos sugerir que os nomes dessas pessoas não são apropriados para nomear as escolas.

b) Favorecimento: no artigo 1º do Decreto nº 30. 618, a expressão “a partir desta data, fica vedado (...)”, determinando a proibição de denominação de órgãos públicos estaduais com o nome de pessoas vivas, aponta para uma descontinuidade de práticas em relação a essas denominações. O mesmo decreto, juntamente com outros documentos, ao estabelecerem como critérios de escolha de nomes para a definição dos antropotopônimos elementos como justificativa, currículo e mérito, sinalizam que os nomes que denominavam as escolas não eram os adequados para tais homenagens.

Dessa forma, se o nome de pessoas vivas como designação de órgãos públicos é inconstitucional, e essas denominações, incluindo o nome de pessoas já falecidas, não sustentam uma justificativa apropriada para essa finalidade, podemos compreender que as autoridades responsáveis por essa nomeação se valeram do poder que exerciam para favorecerem a si mesmas. Com base no que discorremos sobre o efeito de favorecimento, podemos perceber um certo efeito de astúcia, no sentido de trapacear para o próprio favorecimento.

c) Ilegalidade: partindo das considerações sobre favorecimento, podemos depreender o efeito de ilegalidade, visto a alegação de cumprimento da legalidade (Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977), para a retirada de nomes de pessoas vivas das denominações das escolas. Sendo assim, com base em leitura de textos de jornais e blogs para observarmos a recepção dos antropotopônimos que renomearam as escolas, relacionamos os seguintes efeitos de sentido:

- Seriedade: considerando que, em alguns enunciados sobre a (re)nomeação de escolas, há a referência sobre a ilegalidade da denominação de bens públicos com o nome de pessoas vivas, podemos perceber um efeito de moralidade, um dos princípios da administração pública.
- Evidências de perseguição: para os enunciadores que se filiam ao sarneísmo, essa mudança de nomes é assimilada como perseguição das autoridades que exercem agora o poder contra as pessoas que antes o exerciam. Notas em colunas de jornais, alguns artigos em blogs e em jornais abordaram esse assunto. A própria reportagem do jornal eletrônico “Brasil247”, de 12 de fevereiro de 2016, tem como título: “Rebatizar nomes de escolas não é perseguição” (Fig. 4).

Figura 5: Notícia Jornal 247.



Fonte: <https://www.brasil247.com/regionais/nordeste/rebatizar-nomes-de-escolas-nao-e-perseguiacao>. Acesso em: 20 out. 2020.

Nessa ótica, o jornalista Luís Cardoso, em artigo publicado, em seu blog, no dia 10 de fevereiro de 2016, afirma que “o governador Flávio Dino continua sua implacável perseguição ao clã Sarney e também aos amigos mais próximos do grupo político que foi derrotado por ele na eleição de 2014” (Fig. 6). Como argumento, cita que, no município de Bom Jesus das Selvas, houve a substituição do nome de Ferreira Gullar, na época vivo, pelo nome de Luiz Sabry Azar, ex-prefeito desse município, falecido, e a quem o articulista atribui prática de corrupção quando foi prefeito. Observamos, em alguns textos, um outro efeito: o de que a (re)nomeação de escolas tem como finalidade desconstruir o poder do grupo Sarney para melhor se estabelecer no poder executivo estadual.

Figura 6: Notícia Blog Luiz Cardoso



Fonte: <https://luiscardoso.com.br/politica/2016/02/dino-troca-nome-de-ferreira-gullar-por-nome-do-prefeito-mais-corrupto-do-ma-em-escola/>. Acesso em: 20 out. 2020.

5. *Para não concluir*

Sob o viés da Onomástica/toponímia e da responsividade da teoria bakhtiniana, neste artigo, apresentamos um estudo sobre o processo de (re)nomeação das escolas públicas do estado do Maranhão, a partir do Decreto nº 30.618/2015. Procuramos identificar as relações de poder, embates ideológicos e de disputas os quais subjazem contornos diversos na materialização linguística, sendo a denominação de espaços públicos, neste caso, os nomes de escolas, uma dessas vertentes de linguagem em que pode se manifestar essa tensa e inacabada arquitetura conjuntural, especificamente no Estado do Maranhão.

A (re)nomeação das escolas demonstra, por parte de quem tomou a decisão, uma ativa posição responsiva de discordância com os enunciados (nomes das escolas) anteriores, ao mesmo tempo em que

concorda com discursos que criticavam essas denominações. Dessa forma, os novos nomes podem ser considerados como enunciados emergidos dessa tensão dialógica da esfera de disputa política no Maranhão e, certamente, consideram a posição responsiva dos sujeitos que tinham expectativa em relação à mudança na representação política do Estado.

Consideramos que, resguardadas as devidas singularidades, este trabalho pode ajudar a suscitar reflexões concernentes a aspectos históricos, ideológicos e culturais também de outros lugares, visto que toda manifestação linguística, na perspectiva de Bakhtin (2015), é um ato responsivo na cadeia da comunicação e dialoga com outros enunciados, em uma interação verbal que veicula ideologias, valores, costumes de sujeitos, grupos, comunidade e classes sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. S. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 585-607, 2017.

_____. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*: Atito. Goiânia: PUC-Goiás, 2010.

ANDRADE, Maria Margarida de. Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; INQUERDO, Aparecida Negri (Orgs). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande UFMS, 2001. p. 191-200

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

BARBOSA, M. A. Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico. *Rev. Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 4, n. 1, Belo Horizonte, 2004.

BARBOSA, M. A. Lexicologia, lexicografia, terminologia, terminografia: objeto, método campos de atuação e de cooperação. *XXXIX Seminário do GEL*, 1991, França. *Anais do GEL*. França, UNIFRAN, 1991, p. 182-189.

BASTIANI, C. Topônimos, nomes de escola e memória: o léxico como repertório do conhecimento cultural. *Língua, Linguística & Literatura*, UFPB, João Pessoa, v. 12, n. 2, p.189-209, 2016.

CARDOSO, L. Dino troca nome de Ferreira Gullar por nome do prefeito mais corrupto do MA em escola [Artigo de opinião]. 10 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://luiscardoso.com.br/politica/2016/02/dino-troca-nome-de-ferreira-gullar-por-nome-do-prefeito-mais-corrupto-do-ma-em-escola/>. Acesso em: 25 out. 2020.

CORREA, R. *Rebatizar nomes de escolas não é perseguição*. Brasil 247. 12 de fevereiro de 2016. Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/maranhao247/216774/'Rebatizar-nomes-de-escolas-n%C3%A3o-%C3%A9-persegui%C3%A7%C3%A3o'.htm>. Acesso em: 25 out. 2020.

COSTA, W. C. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. *Fundação Joaquim Nabuco*. 2006. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

DICK, M. V. P. A. As terminologias nas ciências onomásticas. Estudos de caso: o projeto ATESP (Atlas Toponímico do Estado de São Paulo). In: ALVES, Ieda Maria; ISQUERDO, Aparecida Negri: *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. v. III. Campo Grande: Editora da UFMS; São Paulo: Humanitas, 2007.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: as ideias do círculo linguístico de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2013.

MARANHÃO. Decreto nº 30.618. Dispõe sobre a denominação de logradouros e prédios públicos sob o domínio ou gestão estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, nº 001, 02 de janeiro de 2015. p. 11. Disponível em <http://www.pge.ma.gov.br/files/2012/09/DECRETOS-2015.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.

MARANHÃO. Portaria nº 569. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, nº 053, 16 de março de 2015. p. 24. Disponível em http://www.sindspem-ma.com.br/arquivos/file/noticias/edita_instrutor.pdf. Acesso em: 25 out. 2020.

MARCONCINE, C. Escola Edison Lobão tem nome modificado pela comunidade. *O Progresso*. 27 de outubro de 2015. Disponível em <http://www.oprogressonet.com/regional/escola-edison-lobao-tem-nome-modificado-pela-comunidade/62517.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

OTÁVIO, C. Maranhão tem 161 escolas com nome dos Sarney. *O Globo*. 07 de maio de 2012. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/maranhao-tem-161-escolas-com-nome-dos-sarney-4828090>. Acesso em: 25 out. 2020.

SANTOS, J. S. Atendimento preferencial no estatuto e na voz do idoso: uma análise discursiva. *Linguagem em (Dis)curso*, Local, v. 13, n. 2, p. 243-271, agosto 2013.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.